



Educação do Campo, Educação em Agroecologia e Paulo Freire: possibilidades para um Ensino de Gastronomia críticoⁱ

Rural Education, Agroecology Education, and Paulo Freire: possibilities for a Critical Teaching of Gastronomy

Michael Baldi Maller Hermenegildo

Juliana Dias Rovari Cordeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rio de Janeiro/RJ – Brasil

Resumo

Este artigo, oriundo de dissertação, investiga possibilidades para a construção de um Ensino de Gastronomia crítico, articulado à Educação do Campo e à Educação em Agroecologia. Fundamentado em Paulo Freire, parte do princípio de que a educação não é neutra, estando permeada por relações de poder. A Gastronomia, tradicionalmente tecnicista e mercadológica, pode ser ressignificada por um ensino que dialogue com questões socioambientais e culturais. Utilizando a Análise Documental de André Cellard, analisamos cartas do Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (SNEA), identificando princípios pedagógicos que sustentam a Educação em Agroecologia e contribuem para a construção de um Ensino de Gastronomia crítico. Os resultados indicam a necessidade de integrar saberes tradicionais e científicos, adotar abordagens interdisciplinares e metodologias participativas, fortalecendo a autonomia dos educandos e ampliando a formação para além da qualificação técnica.

Palavras-chave: Ensino de Gastronomia; Educação crítica; Formação agroecológica.

Abstract

This article, derived from a dissertation, explores possibilities for the construction of a critical Gastronomy Education, linked to Rural Education and Agroecology Education. Based on Paulo Freire, it assumes that education is not neutral, as it is permeated by power relations. Traditionally technicist and market-oriented, Gastronomy can be redefined through an educational approach that engages with socio-environmental and cultural issues. Using André Cellard's Documentary Analysis, we examined letters from the National Seminar on Agroecology Education (SNEA), identifying pedagogical principles that support Agroecology Education and contribute to the construction of a critical Gastronomy Education. The results indicate the need to integrate traditional and scientific knowledge, adopt interdisciplinary approaches and participatory methodologies, strengthen students' autonomy, and expand training beyond mere technical qualification.

Keywords: Gastronomy Education; Critical Education; Agroecological Training.

A urgência de um Ensino de Gastronomia crítico: desafios e possibilidades

No Brasil, a Gastronomia como curso universitário só começou a se estruturar no início dos anos 2000, com o surgimento dos primeiros cursos tecnológicos em instituições privadas de ensino superior. Tradicionalmente, a formação gastronômica esteve vinculada aos setores da hotelaria, turismo e hospitalidade, aparecendo comumente sob o rótulo de Alimentos e Bebidas (Rubim; Rejowski, 2013; Rocha, 2016).

Estudos desenvolvidos desde 2017 (Monteiro, 2017; Sá, 2020; Santos, 2022; Soares, 2023; Ribeiro, 2024; Hermenegildo, 2025) demonstram que as práticas e escolhas alimentares são moldadas por fatores culturais, sociais e econômicos, o que amplia a compreensão das dinâmicas complexas que envolvem o ser humano e sua relação com o mundo. Ao considerar a Gastronomia sob a perspectiva do Ensino, observa-se que essa aproximação permite sua consolidação como um campo acadêmico-científico interdisciplinar, capaz de integrar diferentes saberes e responder a demandas educacionais contemporâneas (Brasil, 2019).

O presente artigo, oriundo de uma dissertação financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), investiga caminhos para uma formação gastronômica crítica a partir da análise das cartas e do prefácio das três edições do Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (SNEA). Para isso, utilizamos a Análise Documental de Cellard (2008), buscando princípios pedagógicos que sustentam a Educação em Agroecologia e suas contribuições para o Ensino de Gastronomia.

O referencial teórico se ancora na Educação Popular que propõe um ensino emancipador, baseado no diálogo, na autonomia e na construção coletiva do conhecimento (Freire, 1987; Brandão, 1986; Liu; Pini; Góes, 2011). A Educação do Campo e a Educação em Agroecologia emergem dessa perspectiva como movimentos que defendem um ensino contextualizado, voltado para a realidade dos sujeitos do campo, das águas e das florestas, valorizando os saberes populares e promovendo práticas educativas que rompem com modelos tecnicistas e hegemônicos (Faria; Campos, 2022; Fernandes, 2006; Freire, 1999; Rosset, 2017). Ao articular esses referenciais ao Ensino de Gastronomia, buscamos compreender como tal formação pode se alinhar a processos educativos críticos e transformadores, inserindo-se em um debate mais amplo sobre soberania alimentar, sustentabilidade e justiça social.

Fundamentos para um Ensino de Gastronomia crítico

No Brasil, a Gastronomia tornou-se um campo multidisciplinar, ultrapassando as práticas culinárias e dialogando com diferentes áreas. Seu ensino nas universidades públicas tem papel essencial na formação de profissionais atentos às complexidades do setor e aos desafios sociais e ambientais (Soares, 2023; Santos, 2022). Freire em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, curiosamente, utiliza a cozinha como exemplo para introduzir seus pensamentos logo no primeiro capítulo:

O ato de cozinhar, por exemplo, supõe alguns saberes concernentes ao uso do fogão, como acendê-lo, como equilibrar para mais, para menos, a chama, como lidar com certos riscos mesmo remotos de incêndio, como harmonizar os diferentes temperos numa síntese gostosa e atraente. A prática de cozinhar vai preparando o novato, ratificando alguns daqueles saberes, retificando outros, e vai possibilitando que ele vire cozinheiro (Freire, 2014, p. 23-24).

Freire destaca a necessidade da práxis, unindo teoria e prática. Esse princípio se reflete na cientifização da Gastronomia, que vem sendo tensionada por docentes, discentes e egressos (Soares, 2023). As universidades públicas, ao articular Ensino, Pesquisa e Extensão, fomentam uma educação crítica ao dialogar com os saberes populares. A extensão universitária fortalece essa conexão, promovendo um aprendizado participativo e transformador (Arroyo, 2000), onde o diálogo é apresentado como práxis para promover uma ação coletiva, não autoritária, inclusiva e participativa, para que os sujeitos possam se transformar criticamente e encontrar soluções para as dificuldades que enfrentam (Ferreira; Pereira; Logarezzi, 2020).

Para Caldart (2004), a Educação do Campo reflete a Pedagogia do Oprimido, equilibrando saberes tradicionais e acadêmicos para transformação social. Freire (1987) reforça a educação como um diálogo emancipador. Além disso, emerge como um espaço de resistência contra o avanço do agronegócio e as políticas neoliberais que fragilizam a agricultura familiar e se posiciona como uma alternativa que busca equilibrar o desenvolvimento humano e a sustentabilidade ambiental.

No âmbito do ensino superior, a Educação do Campo encontra na extensão universitária um importante aliado para a formação de educadores e educadoras comprometidos com a realidade local. As licenciaturas em Educação do Campo, como

destacam De Medeiros e Amorim (2023), têm um papel central na construção de saberes contextualizados e no fortalecimento das comunidades rurais. Essas formações buscam articular o conhecimento acadêmico com os saberes locais, promovendo uma educação crítica que valoriza a pluralidade cultural e social do campo.

A luta por terra, reforma agrária e educação, mobiliza movimentos sociais e universidades, pressionando o governo por políticas públicas (Santana, 2021). A partir da atuação desse coletivo, a Educação do Campo ganha destaque no debate político, rompendo com o modelo capitalista de exploração e livre mercado. A mobilização dos movimentos sociais impulsiona políticas para a educação e pesquisa em Ciências Humanas. Entre 2019 e 2022, a falta de diálogo governamental dificultou avanços, refletindo-se em dissertações que analisam retrocessos e resistências (Souza, 2020).

A Agroecologia se estrutura como ciência, movimento e prática (Wezel *et al.*, 2009), buscando adequar a educação superior às populações do campo e fomentar práticas agrícolas socialmente justas (Castro, 2022). Promove práticas sustentáveis, sociais e econômicas, com o uso de recursos locais da diversidade agrícola, em oposição à agricultura tradicional. O que valoriza as policulturas, recicla nutrientes e prioriza a utilização eficiente de recursos, minimizando o impacto ambiental com equidade. Nesse sentido, é possível incluir os pequenos agricultores no processo para que tenham acesso aos recursos necessários, possibilitando sua participação justa no mercado (Altieri, 2004; Gliessman, 2000).

A Agroecologia, enquanto ciência, movimento e prática, propõe um ensino crítico e contextualizado, alinhado às realidades rurais e às perspectivas de uma educação libertadora (Freire, 1996). Nesse contexto, a educação agroecológica assume um papel relevante na formação de sujeitos autônomos e críticos, capazes de promover práticas sustentáveis e questionar estruturas sociais opressoras. Segundo Rosset (2017), a Agroecologia é também um movimento político, que busca fortalecer a soberania alimentar e os direitos dos agricultores. Essa dimensão política reforça seu papel educativo, que ultrapassa o campo técnico e entra no âmbito ético e político, conectando-se diretamente aos princípios freirianos.

O papel das instituições de ensino neste processo é vital, pela responsabilidade em propor a investigação científica e a conscientização ambiental, seja por meio de debates, projetos de pesquisa, experimentos práticos em busca de fomentar uma cultura de

sustentabilidade socioambiental e de Direitos Humanos entre os discentes. A educação científica deve transcender o ambiente escolar, envolvendo a comunidade local em um esforço conjunto para práticas sustentáveis duradouras (Andrade; Spinelli, 2024).

Partindo desse contexto, em 2013 aconteceu o primeiro Seminário de Educação em Agroecologia (SNEA). Nele foi compreendido que a Educação Formal em Agroecologia precisa ser exercida a partir de uma abordagem dinâmica, integrando ensino, pesquisa e extensão, e valorizando a troca entre teoria e prática, deve ser flexível, coletiva e interdisciplinar, promovendo uma aprendizagem transformadora que se conecta com as realidades locais e contribui para sistemas agroecológicos sustentáveis. Mas é válido ressaltar que o conhecimento agroecológico das comunidades tradicionais é frequentemente marginalizado pela agronomia moderna, tornando sua valorização um desafio no ensino superior (Rosset, 2017; Ventura, 2023).

A Agroecologia propõe um currículo crítico, em oposição ao tecnicismo das escolas federais, que priorizam a formação mercadológica (Appio; Lamar, 2023). Essa abordagem crítica é fundamental para enfrentar os impactos negativos do agronegócio, como apontado por Wallace (2020). Ele argumenta que o modelo de agricultura intensiva não apenas destrói ecossistemas, mas também contribui para o surgimento de pandemias globais, ao colocar a lucratividade acima da saúde pública e da sustentabilidade. Ao formar técnicos e educadores comprometidos com os princípios agroecológicos, é possível construir alternativas viáveis ao modelo dominante, promovendo uma educação que realmente transforme as realidades locais.

Rosset (2017) e Ventura (2023) destacam um ponto em comum: o desenvolvimento do pensamento crítico nos educandos, incentivando-os a refletir sobre seu contexto territorial, suas experiências e o conhecimento de seus pais e comunidade. No âmbito educacional, dependendo da formação do público discente, Rosset levanta o questionamento se os futuros dirigentes apoiarão a Agroecologia nas organizações e no território, e se os técnicos serão convencionais ou facilitadores de diálogos sobre Agroecologia. Diante dos desafios educacionais e pedagógicos diversas estratégias emergem na literatura como fundamentais para promover a conscientização e a autonomia das populações rurais. Destacamos seis estratégias que sustentam uma abordagem educacional transformadora, seus desdobramentos e autores, conforme o Quadro 1:

Educação do Campo, Educação em Agroecologia e Paulo Freire: possibilidades para um Ensino de Gastronomia crítico

Quadro 1 – Desdobramentos estratégicos para uma agroecologia de conscientização e autônoma

Estratégia Educacional	Descrição	Autores
1. Educação participativa e dialógica	Adoção de uma abordagem participativa que valoriza os saberes locais e promove a troca de experiências entre alunos, professores e comunidades.	Rosset (2017); Articulação Nacional De Agroecologia (2013)
2. Integração teoria e prática	Conexão entre ensino, pesquisa e extensão, permitindo que os alunos apliquem conhecimentos em práticas reais, adaptadas ao contexto local e sustentável.	Articulação Nacional De Agroecologia (2013)
3. Valorização dos saberes locais e sustentabilidade	Recuperação e fortalecimento do conhecimento popular e tradicional, com foco em práticas agroecológicas locais, como a preservação de sementes e raças adaptadas.	Rosset (2017); Altieri (2004); Gliessman (2000)
4. Desenvolvimento do pensamento crítico	Estímulo ao pensamento crítico sobre as práticas agrícolas convencionais e estruturas sociais, favorecendo uma postura autônoma e consciente dos estudantes.	Rosset (2017); Borsatto et al. (2022)
5. Resistência ao modelo produtivista e tecnocrático	Promoção de uma educação que questiona o modelo agrícola convencional e favorece alternativas mais justas, sustentáveis e alinhadas com a soberania alimentar.	Appio; Lamar (2023); Borsatto et al. (2022)
6. Promoção da soberania alimentar e justa inserção no mercado	Inclusão de pequenos agricultores em sistemas agroalimentares justos, garantindo acesso a recursos e mercados de forma autônoma e equitativa.	Altieri (2004); Gliessman (2000); Rosset (2017)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Ao analisar os desdobramentos estratégicos, é importante ressaltar que a educação participativa e dialógica, inspirada nos princípios freirianos, emerge como um eixo estruturante das práticas pedagógicas em Agroecologia. Esse modelo educativo não apenas valoriza os saberes locais, mas também promove uma construção coletiva do conhecimento, essencial para fortalecer as comunidades rurais. Como Freire (2014) reflete na Pedagogia da Autonomia, a educação deve ser um ato de criação e recriação, onde educandos e educadores aprendem juntos.

Ademais, o estímulo ao pensamento crítico nas práticas agroecológicas é fundamental para romper com a lógica do agronegócio, que frequentemente reduz a formação educacional a uma mera capacitação técnica. Para Wallace (2020), o capitalismo condiciona as atividades intelectuais e acadêmicas para reproduzir suas premissas fundamentais, eliminando análises críticas que poderiam desafiar essa estrutura.

Os desdobramentos apresentados apontam que a Agroecologia e a Educação em Agroecologia vão além de um modelo pedagógico. Tratam-se de práticas políticas e culturais que buscam enfrentar as desigualdades estruturais e construir alternativas sustentáveis para as populações rurais. No entanto, para que essas estratégias sejam efetivamente implementadas, é necessário que haja um comprometimento institucional e político em todos os níveis da educação.

Investigando princípios pedagógicos para um Ensino de Gastronomia crítico

A Análise Documental de André Cellard (2008) é amplamente utilizada nas ciências sociais para examinar documentos escritos. Essa análise se divide em duas fases principais: a análise preliminar e a análise propriamente dita. Na fase inicial, o pesquisador se concentra em compreender e avaliar o documento em sua forma bruta para estabelecer um entendimento básico antes de proceder a uma análise mais profunda. Durante a análise preliminar, o pesquisador examina vários aspectos do documento para determinar sua relevância, autenticidade e valor para a pesquisa, sendo eles: (i) estudo do contexto; (ii) identificação do autor e atores sociais; (iii) avaliação da confiabilidade; (iv) determinação da natureza do documento; e (v) análise da lógica interna.

Após a conclusão da análise preliminar, o pesquisador está melhor preparado para entender o documento em um contexto mais amplo e iniciar a análise propriamente dita, que envolve uma interpretação mais detalhada e crítica do conteúdo do documento, considerando os achados da análise preliminar. A análise é um processo iterativo e reflexivo, onde o pesquisador constantemente avalia e reavalia as informações à luz de novas descobertas e perspectivas (Cellard, 2008).

A escolha dessa metodologia fundamenta-se no compromisso de observar as estratégias educacionais e pedagógicas da Agroecologia, analisar os documentos do SNEA e propor princípios teórico-metodológicos para o Ensino de Gastronomia. Analisaremos as duas cartas e um prefácio dos seminários, ocorridos entre 2013 e 2023, nas suas três edições (Associação Brasileira de Agroecologia, 2016; Associação Brasileira de Agroecologia, 2017; Associação Brasileira de Agroecologia, 2023). Essa etapa segue os passos metodológicos de Cellard, buscando compreender o contexto, as contradições e os significados presentes nos documentos. A pré-análise é uma etapa fundamental para organizar as informações e identificar os elementos que serão aprofundados na análise crítica posterior.

O uso de cartas encontra respaldo na obra de Paulo Freire, que frequentemente utilizava esse formato para dialogar com diferentes públicos, promovendo reflexões críticas e engajamento político. Assim, a escolha pelas cartas das primeiras edições do SNEA (2013 e 2016) está conectada à tradição freireana, destacando a importância do diálogo como um elemento central na construção de saberes emancipatórios. Já na terceira edição (2023), a ausência de uma carta foi suprida pela análise do prefácio, considerado o texto mais próximo de uma síntese reflexiva das discussões e práticas agroecológicas apresentadas no evento.

Nesse sentido, as cartas se destacam como instrumentos fundamentais para esta análise, pois representam um gênero textual que permite identificar discussões, reivindicações e reflexões coletivas produzidas em contextos específicos. Elas constituem registros oficiais que sintetizam as práticas e os princípios, neste caso sobre a Educação em Agroecologia, alinhando-se à proposta de uma pedagogia crítica e transformadora.

Na Análise Documental (Cellard, 2008), documento é qualquer conteúdo registrado do passado, como textos, imagens fotográficas, cinematográficas, pinturas, entre outros, seja no âmbito público ou privado. Para a análise documental, o foco está no texto, seja manuscrito, impresso em papel ou digitalizado. No presente estudo, os documentos escolhidos foram os documentos oficiais gerados a partir das três edições do SNEA. Com base nesse corpus, a metodologia de análise documental será aplicada para identificar categorias e padrões presentes nos documentos, considerando os contextos sociais, culturais e educacionais em que foram produzidos. Essa abordagem permitirá interpretar os princípios e práticas registrados, contribuindo para a proposição de princípios norteadores iniciais para contribuir na construção de um Ensino de Gastronomia crítico e engajado com questões sociais e ambientais.

As cartas das edições de 2013 e 2016 do SNEA foram selecionadas por sintetizar práticas e reivindicações do evento. As edições do SNEA são organizadas pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) e ocorreram com a participação de diversas universidades e parcerias, refletindo o avanço da Agroecologia no Brasil. A primeira edição, realizada em 2013 na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em Recife, teve como tema “Construindo Princípios e Diretrizes” e contou com a parceria do Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC). O objetivo principal foi ressignificar e construir um posicionamento coletivo sobre os princípios e diretrizes para a Educação em Agroecologia no

Brasil. Em 2016, o II SNEA foi realizado em Seropédica, no Rio de Janeiro, no Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com a parceria da EMBRAPA Agrobiologia e o MST/RJ, sob o tema “Educação em Agroecologia: resistências e lutas por democracia”. Seu objetivo foi identificar, sistematizar, refletir e articular experiências de educação em agroecologia, promovendo intercâmbio de saberes e experiências.

Como a edição de 2023 não teve carta, o prefácio foi incluído como alternativa mais próxima a uma síntese das discussões. Esta edição aconteceu no Instituto Federal do Pará, Campus Castanhal, reunindo cerca de 250 pessoas sob o tema “Construindo caminhos para o fortalecimento de territórios de Bem Viver”. O seminário teve como foco o fortalecimento de territórios rurais e a promoção da educação agroecológica em um cenário pós-pandemia, com um compromisso com a sustentabilidade, a equidade e a valorização dos saberes locais.

Diante disso, a seguir, apresenta-se um quadro sintético da pré-análise documental das cartas e do prefácio das edições do SNEA²:

Quadro 2 – Síntese da Pré-análise das Cartas e Prefácio do SNEA

Aspectos da Análise	1ª Edição (2013) - Carta política	2ª Edição (2016) - Carta política	3ª Edição (2023) - Prefácio
Contexto	Primeiro governo Dilma Rousseff, lançamento do I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), incentivo à produção agroecológica por meio de políticas públicas.	Governo Temer, contexto de ameaças à educação pública, cortes de verbas, reforma do ensino médio e enfraquecimento das políticas para agricultura familiar.	Pós-pandemia, crise ambiental e educacional, atuação de institutos federais e Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) no fortalecimento da educação agroecológica.
Autores	Carta coletiva redigida por 170 participantes do seminário, incluindo educadores, estudantes, movimentos sociais e agricultores.	Documento coletivo com a participação de 420 pessoas de diversos segmentos da sociedade: ensino, pesquisa, extensão, agricultores, estudantes e comunidades tradicionais.	Prefácio escrito por Maria Virgínia de Almeida Aguiar e membros da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), com contribuições dos 250 participantes.
Confiabilidade	Baseada na participação de agentes da sociedade civil e na referência a políticas públicas concretas, como o PLANAPO e os Núcleos de Estudo e Extensão em Agroecologia.	Fundamentada em experiências compartilhadas por participantes e na referência a 170 projetos de Educação em Agroecologia, além da menção a programas como o PRONERA.	Construída a partir de experiências concretas de educadores e estudantes, com foco nos impactos das políticas públicas para os NEAs, além da retrospectiva das edições anteriores.

Educação do Campo, Educação em Agroecologia e Paulo Freire: possibilidades para um Ensino de Gastronomia crítico

Natureza do Texto	Carta aberta, com caráter educacional e político, buscando influenciar políticas públicas e propor diretrizes metodológicas para a Agroecologia.	Manifesto coletivo, com viés político e pedagógico, denunciando retrocessos e propondo um modelo alternativo de educação agroecológica.	Documento institucional e reflexivo, funcionando como um relatório do evento e uma análise crítica das políticas educacionais e ambientais.
Conceitos-chave	Democratização da educação rural, diálogo de saberes, superação da pedagogia tradicional, metodologias participativas e interdisciplinares.	Resistência ao desmonte da educação pública, fortalecimento da agroecologia como modelo educacional, integração de experiências de ensino, pesquisa e extensão.	Fortalecimento das políticas públicas para a agroecologia, valorização dos NEAs, descentralização do conhecimento e integração territorial.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das Cartas e do Prefácio das três edições do SNEA (2025).

A partir da pré-análise fomos capazes de assimilar os contextos políticos e sociais, da autoria coletiva, da confiabilidade e da natureza das cartas políticas das três edições do SNEA, identificamos um conjunto de conceitos estruturantes que perpassam a Educação em Agroecologia. Esses conceitos refletem os princípios pedagógicos e as diretrizes metodológicas defendidas nos documentos analisados, evidenciando a construção de um modelo educativo voltado para a justiça social, o equilíbrio socioambiental e a valorização dos saberes tradicionais. No Quadro 3, sintetizamos os conceitos-chave extraídos das três edições, destacando sua recorrência e evolução ao longo do tempo.

Quadro 3 – Síntese dos conceitos-chave da Educação em Agroecologia nas três edições do SNEA

Conceito	Descrição resumida	Edição SNEA
Agroecologia	Visão holística que integra saberes populares e científicos, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e justiça social.	2013, 2016
Educação em Agroecologia	Abordagem educativa que valoriza o conhecimento dos povos do campo, promovendo autonomia e resistência às opressões.	2023
Inter e Transdisciplinaridade	Integração de diferentes áreas do conhecimento, rompendo com a compartimentalização e favorecendo um ensino contextualizado.	2013
Diálogo de Saberes	Processo de fusão entre o conhecimento técnico-científico e os saberes tradicionais das comunidades do campo.	2023
Educação Popular	Ensino que promove emancipação social, autonomia e resistência aos modelos tradicionais de ensino.	2016
Educação Crítica e Transformadora	Ensino que se opõe ao modelo tradicional, priorizando autonomia e reflexão crítica.	2013

Sustentabilidade, Democracia e Equidade	Educação alinhada à justiça social e ambiental, integrando princípios de democracia e equidade.	2013, 2016
Resistência	Estratégia coletiva para enfrentar retrocessos políticos e fortalecer a luta por direitos.	2016
Justiça Social	Eixo central da Educação em Agroecologia, garantindo equidade e acesso ao conhecimento.	2016
Reforma Agrária	Elemento essencial para garantir o direito à terra e promover a soberania alimentar e a sustentabilidade.	2016
Soberania Alimentar	Condição para fortalecer a autonomia dos povos do campo e garantir segurança alimentar.	2016
Diversidade Cultural	Valorização dos saberes tradicionais e dos processos coletivos de ensino-aprendizagem.	2016
Bem Viver	Modelo de vida baseado no respeito à diversidade e na equidade, contrapondo-se a um modelo mercadológico.	2023
Pedagogia da Fome e da Morte	Crítica ao modelo produtivista e neoliberal, que intensifica desigualdades e compromete a segurança alimentar.	2023
Princípios da Agroecologia	Complexidade, diversidade e transformação da vida como base para um modelo educativo sustentável.	2023
Educação Bancária	Crítica ao ensino tradicional, que transmite conhecimento de forma unilateral, sem participação ativa dos educandos.	2023

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das Cartas e do Prefácio das três edições do SNEA (2025).

A sistematização dos conceitos-chave permite compreender como a Educação em Agroecologia tem se consolidado como um campo interdisciplinar e politicamente engajado, pautado na superação dos modelos tradicionais de ensino e na valorização dos conhecimentos populares. Essa abordagem reflete não apenas uma proposta metodológica, mas também um posicionamento crítico diante dos desafios educacionais, ambientais e sociais contemporâneos. A partir desses referenciais, a próxima etapa da análise se dedica a aprofundar a relação entre esses princípios e a construção de um Ensino de Gastronomia crítico.

Construindo um Ensino de Gastronomia crítico: reflexões a partir da Agroecologia

Seguindo o procedimento de pré-análise e os contornos metodológicos de Cellard (2008), organizamos os resultados de cada edição do SNEA em diálogo com o referencial teórico e a problemática da pesquisa, a fim de construir uma interpretação crítica coerente.

Ao empregar a técnica de Análise Documental sob a ótica de Cellard (2008), esta etapa se dedica a uma investigação do conteúdo das cartas e do prefácio com o objetivo de extrair, interpretar e compreender os temas centrais, as informações e as tendências emergentes desses documentos. Busca-se refletir como as discussões e recomendações podem auxiliar na construção de um Ensino de Gastronomia crítico sob a perspectiva crítica da Educação em Agroecologia em diálogo com a Educação do Campo.

O contexto político e social de cada edição do SNEA influenciou diretamente as temáticas e tensões evidenciadas nas cartas e no prefácio. Compreender esse cenário é essencial para interpretar as nuances dos documentos analisados. Em especial, a segunda edição ocorreu em um período de intensas disputas sobre a educação pública no Brasil, afetada por medidas governamentais que impactaram a Educação em Agroecologia, evidenciando como documentos oficiais do evento se colocaram em resistência a esses retrocessos.

A partir da Análise Documental das três edições do SNEA, compreendemos haver quatro categorias centrais que sintetizam as principais discussões presentes nas cartas e no prefácio. Como destacado na metodologia, a técnica de categorização utilizada segue os princípios delineados por Cellard (2008) e Sá-Silva *et al.* (2009), permitindo a organização do corpus documental de forma livre, porém estruturada e coerente.

Como resultado dessas reflexões, propomos um esquema teórico-metodológico para o Ensino de Gastronomia, considerando os desafios alimentares e ambientais contemporâneos. Para isso, analisamos os documentos do SNEA à luz da categorização previamente estabelecida, extraindo elementos centrais para essa formulação.

Importa esclarecer, que essas categorias emergem de repetições de conceitos-chave que aparecem nos três documentos analisados, refletindo a forma como os debates sobre Educação em Agroecologia e Agroecologia como prática social foram se desenvolvendo ao longo dos anos. É nesse sentido que apresentamos as quatro categorias:

Quadro 4 – Categorias temáticas emergentes na Educação em Agroecologia nas três edições do SNEA

Categoria	Descrição resumida	Conceitos-chave
Educação como campo de disputa	A Educação em Agroecologia é um espaço de confronto entre modelos pedagógicos distintos. Há uma tensão entre a educação	Educação Popular; Resistência e Inovação; Estilo Bancário;

	tecnicista e eurocentrada, voltada para o mercado, e a educação crítica e popular, que valoriza saberes locais e práticas emancipadoras. Essa disputa reflete diferentes interesses sociais e políticos no campo educacional e influencia diretamente a construção e reconhecimento da Agroecologia como modelo educativo alternativo.	Perspectivas Pedagógicas Diversas; Pedagogias do Trabalho e da Autonomia; Pedagogia Libertária; Pedagogias Socioecológicas; Construção da Agroecologia; Interesses Conflitantes.
Práticas educativas e saberes	A Educação em Agroecologia propõe um modelo inter e transdisciplinar, integrando conhecimentos científicos e populares e tendo a agroecologia como eixo estruturante. Enfatiza metodologias participativas, como pedagogias libertárias, da alternância e da autonomia, reconhecendo os saberes dos povos do campo, das águas e das florestas como fundamentais para a formação crítica e transformadora.	Diálogo entre saberes; Integração entre ciência e saberes populares; Agroecologia; Práticas pedagógicas integradas; Diálogo entre saber técnico-científico e saber popular.
Relação entre Estado e Educação	O papel do Estado na promoção ou no desmonte da Educação em Agroecologia é central nos debates. As cartas abordam tanto o fomento de políticas públicas (como os Núcleos de Estudos em Agroecologia – NEAs) quanto as ameaças representadas por medidas de austeridade, como a PEC 241/2016, que restringe investimentos em educação e saúde. Além disso, evidenciam o papel da mobilização popular na reivindicação por políticas educacionais alinhadas à agroecologia.	Ampliação do diálogo dos Movimentos sociais com o Estado; Apoio estatal e mobilização popular; Criação de cursos em Agroecologia; Políticas Públicas; Apoio governamental a projetos educativos em Agroecologia; Cursos em Agroecologia com apoio estatal.
Educação como transformação social	A Educação em Agroecologia é vista como um instrumento de transformação, promovendo justiça social, soberania alimentar e o direito ao "Bem Viver". A terceira edição do SNEA enfatiza a necessidade de uma educação que questione a "pedagogia da fome" e promova valores como equidade, feminismo, antirracismo e direitos humanos, articulando-se com os movimentos sociais e práticas emancipatórias.	Inter e transdisciplinaridade; Diálogo de saberes; Educação contextualizada; Participação social; Educação alinhada aos movimentos sociais e realidade territorial. Educação para o bem viver.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das Cartas e do Prefácio das três edições do SNEA (2025).

Os documentos analisados evidenciam a relação tensa entre o Estado e a Educação em Agroecologia, oscilando entre o fomento de políticas públicas e o impacto de medidas de austeridade. Iniciativas como os Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) ampliam o acesso e fortalecem práticas educativas sustentáveis, enquanto políticas como a PEC

241/2016, a MP 746/2016 e o PL 293/2016 restringem investimentos e limitam a autonomia educacional, evidenciando a disputa pelo direito à educação pública crítica.

Nesse contexto, a reflexão sobre a formação em Gastronomia pode se beneficiar dessa abordagem crítica, especialmente ao considerar os desafios alimentares e ambientais contemporâneos. A necessidade de um ensino comprometido com a justiça social e territorial é enfatizada nos documentos analisados, que destacam a importância de situar a educação no contexto das disputas políticas e dos conflitos territoriais:

A Educação em Agroecologia deve se dar no contexto territorial em que se encontra, com seus atores, debatendo as relações de poder e os conflitos, devendo-se contribuir para fortalecer a organização social e a construção de um projeto popular que tenha como centralidade a luta pela terra em consonância com os princípios da agroecologia e o bem viver (Associação Brasileira de Agroecologia, 2023, n.p.).

Em resumo, os três documentos abordam a educação como um processo transformador, que vai além da mera instrução formal. Ela deve estar comprometida com a justiça social, a equidade e o fortalecimento das comunidades, promovendo um modelo de desenvolvimento que não se restrinja ao crescimento econômico, mas que também contemple o bem-estar social e ambiental. A Educação em Agroecologia, nesse contexto, emerge como uma proposta que integra diferentes saberes, fomenta a organização social e resiste à mercantilização do ensino, defendendo um paradigma que alinha conhecimento, território e práticas emancipatórias.

A formação gastronômica no Brasil segue um modelo técnico e mercadológico, priorizando a capacitação para a indústria de alimentos e o setor de serviços. Canesqui e Diez-Garcia (2005) apontam que essa abordagem negligencia questões como soberania alimentar, sustentabilidade e valorização dos saberes populares. O Ensino de Gastronomia no Brasil tem se desenvolvido de forma fragmentada e distante das realidades socioambientais. Mesmo nas universidades públicas, predomina um modelo técnico e mercadológico, negligenciando soberania alimentar e relações sociais. Esse cenário reforça a urgência de repensar o Ensino de Gastronomia sob uma perspectiva crítica e integrada.

A construção de um Ensino de Gastronomia crítico representa uma oportunidade de transformar a relação entre educação, alimentação e sociedade. Considerando os desafios

alimentares e ambientais, essa perspectiva fomenta práticas pedagógicas que incentivam a autonomia, o engajamento social e a valorização dos saberes populares e tradicionais.

Ao inserir a Gastronomia nesse debate, a pesquisa contribui para o fortalecimento de abordagens inter e transdisciplinares, possibilitando uma formação que ultrapasse a visão reducionista, incorporando reflexões sobre sustentabilidade, direito à alimentação e práticas agroecológicas. A Agroecologia, enquanto movimento e ciência, já reconhece a importância do conhecimento tradicional e da autonomia dos sujeitos na produção e consumo de alimentos (Altieri, 2004). Nesse sentido, um Ensino de Gastronomia crítico tem o potencial de se conectar com essas bases, promovendo uma formação que valorize as relações entre alimentação, território e meio ambiente.

É então a partir das análises realizadas que propomos uma abordagem crítica para o Ensino de Gastronomia que dialogue com os princípios da Educação Popular, da Educação do Campo, mas principalmente com os princípios da Educação em Agroecologia. Essa proposta busca enfatizar a necessidade de um ensino que vá além da reprodução de técnicas culinárias, abordando as relações sociais, políticas e econômicas que permeiam a alimentação.

O quadro a seguir resume a proposta dos princípios metodológicos que nos dão pistas para a construção de um Ensino de Gastronomia crítico:

Quadro 5 – Princípios metodológicos para um Ensino de Gastronomia crítico

Princípio Metodológico	Descrição resumida
Interconexão entre saberes técnicos e populares	O ensino da Gastronomia deve integrar saberes tradicionais, locais e culturais aos conhecimentos técnicos, valorizando as relações dos povos com seus alimentos. Povos indígenas, quilombolas, camponeses e ribeirinhos possuem conhecimentos essenciais que devem ser incorporados ao ensino formal. Essa abordagem reforça a Gastronomia como um espaço de valorização cultural e inclusão de múltiplas tradições alimentares.
Estrutura curricular integrada e contextualizada	O currículo da Gastronomia deve romper com o eurocentrismo predominante e incorporar práticas, produtos locais e a identidade alimentar nacional. Deve estar comprometido com a justiça alimentar e ambiental, valorização da agricultura familiar e biodiversidade. Isso implica na inclusão das cozinhas afro-brasileira e indígena, além do respeito aos territórios e modos de produção sustentáveis.
Participação na construção de políticas públicas	A formação em Gastronomia precisa estar alinhada a políticas públicas que incentivem a criação de cursos inclusivos, ampliem o acesso ao ensino e fortaleçam a formação de profissionais comprometidos com a valorização dos saberes populares. As propostas curriculares devem ser reflexivas e democráticas, seguindo princípios freirianos de educação libertadora, acesso e permanência.
Metodologias de	As metodologias de ensino devem integrar a inter e transdisciplinaridade, o diálogo

Educação do Campo, Educação em Agroecologia e Paulo Freire: possibilidades para um Ensino de Gastronomia crítico

ensino com aprendizagem contextualizada	entre saberes técnicos e populares e o contexto territorial dos discentes. Devem incluir métodos participativos, envolvendo comunidades locais e promovendo uma educação crítica e transformadora. O ensino deve estar alinhado à justiça social, à sustentabilidade e à valorização do Bem Viver.
---	--

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das Cartas e do Prefácio das três edições do SNEA (2025).

Repensar o Ensino de Gastronomia exige uma mudança de paradigma que conecte alimentação, sociedade e meio ambiente de forma crítica. Os documentos do SNEA evidenciam o ensino como um campo de disputa, onde a Agroecologia se fortalece como alternativa à educação tecnicista.

Ao longo das análises, identificamos que o Ensino de Gastronomia precisa ser mais do que um espaço de transmissão técnica. Deve atuar como um instrumento de emancipação social, aproximando saberes populares e acadêmicos e promover uma formação que valorize tanto a diversidade alimentar quanto os desafios da soberania alimentar e da justiça ambiental. Como propõe Freire (2014), a educação não pode ser neutra, pois sempre se insere em um contexto de disputas e relações de poder. A Agroecologia permite enxergar desigualdades estruturais no sistema alimentar e construir estratégias para enfrentá-las, superando uma formação gastronômica meramente técnica e mercadológica (Maluf; Menezes, 2000).

Nesse contexto, a atuação do Estado é crucial não apenas para ampliar o acesso à educação gastronômica, mas para garantir que ela se mantenha crítica, democrática e transformadora. A permanência estudantil em cursos que dialoguem com a Agroecologia e os saberes populares depende de políticas públicas que reconheçam a educação como um direito e não como um privilégio.

Nesse sentido, é fundamental que políticas públicas não apenas incentivem a criação de cursos, mas que também promovam condições estruturais para que a formação gastronômica crítica se torne uma realidade. Isso inclui financiamento para pesquisas na área, apoio a currículos que integrem práticas agroecológicas e espaços de intercâmbio entre universidades, agricultores familiares e comunidades tradicionais. Sem esse suporte, corre-se o risco de que iniciativas transformadoras permaneçam isoladas e sem impacto real no sistema alimentar. Essa proposta teórico-metodológica busca contribuir para ampliar a atuação dos futuros profissionais e do Ensino de Gastronomia como ferramenta de transformação social, conectando educação, agroecologia e soberania alimentar.

Isso implica uma abordagem educacional que promova espaços de troca entre diferentes saberes, estimulando a construção coletiva do conhecimento e o reconhecimento das culturas alimentares. Dessa forma, a Gastronomia deixa de ser apenas um campo técnico-teórico e passa a se afirmar como um espaço de resistência e inovação, capaz de fomentar novas perspectivas sobre alimentação, território e cultura.

Alimentar-se é um ato político – e educar sobre alimentação também. Um Ensino de Gastronomia crítico deve ir além da técnica, precisa criar espaços de resistência, fomentar autonomia e garantir que a comida de verdade seja acessível a todos, transformando o ensino em um motor de mudança social.

O Ensino de Gastronomia como campo de disputa e transformação social

Afinal, discutir um Ensino de Gastronomia crítico a partir da Educação do Campo e da Educação em Agroecologia revelou-se um caminho fecundo para ampliar o debate sobre a formação gastronômica no Brasil. A análise documental das cartas e prefácio do SNEA evidenciou princípios metodológicos que contribuem para ressignificar o ensino gastronômico, conectando-o a práticas sustentáveis, justiça social e autonomia dos educandos.

A ausência de um currículo unificado reflete disputas entre cursos tecnólogos e bacharelados, com o mercado favorecendo formações mais técnicas. Não se trata de defender uma padronização, mas de reconhecer que essa fragmentação gera lacunas na formação gastronômica. Para além do embate entre modelos de ensino, é fundamental que estudantes, professores e pesquisadores construam um campo mais coeso e engajado.

A Gastronomia, assim como a Agroecologia, está inserida em disputas por recursos, reconhecimento acadêmico e inserção no mercado. Os desafios enfrentados na pesquisa refletem tanto dilemas teóricos quanto os impactos das políticas educacionais, incluindo cortes de financiamento e a mercantilização do ensino superior. A relação entre Gastronomia e Agroecologia é apenas um desses caminhos, mas outros temas, como currículos críticos e soberania alimentar, também merecem aprofundamento.

Esses caminhos são "inéditos viáveis" no sentido freireano: transformações possíveis, ainda que não plenamente realizadas. O Ensino de Gastronomia crítico aqui proposto não é um sonho distante, mas uma construção viável, desde que haja vontade política e compromisso com um ensino emancipatório.

Referências

- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Moção ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Articulação Nacional de Agroecologia, 2013. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2013/07/15/mocao-anater-agencia-nacional-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural/>. Acesso em: 9 maio 2023.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ANDRADE, Andreia Melo de; SPINELLI, Yariadner Costa Brito. Movimento ciência, tecnologia e sociedade e sua interface com a educação científica em agroecologia. In: MOREIRA, Márcia Bento; PACHECO, Clecia Simone Gonçalves Rosa (org.). **Bases epistêmicas da agroecologia e do desenvolvimento territorial: concepções, fundamentos, diálogos e práticas na pós-graduação**. Guarujá: Científica Digital, 2024. p. 138-154.
- APPIO, Célia Regina; LAMAR, Adolfo Ramos. Agroecologia na educação profissional agrícola no Brasil, Colômbia e Cuba: algumas considerações epistemológicas educacionais. **Revista Brasileira de Educação Comparada**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 1-15, nov. 2023.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. Carta de Maria Farinha, Pernambuco. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 11, n. 1, não paginado, jun. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. Carta de Seropédica (RJ). In: Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, 2, 2016, Seropédica. **Anais do II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco, jul. 2017. Não paginado.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. Prefácio: Por uma Educação em Agroecologia que promova o Bem Viver. In: Seminário Nacional de Educação em Agroecologia, 3, 2023, Castanhal. **Anais do III Seminário Nacional de Educação em Agroecologia**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal Rural de Pernambuco, nov. 2023. Não paginado.
- BORSATTO, Ricardo Serra; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira; DUVAL, Henrique Carmona; FRANCO, Fernando Silveira; GRIGOLETTO, Fabio. Núcleos de Estudo em Agroecologia (NEAS): conquistando corações e mentes para a agroecologia. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantins, v. 7, p. 01-31, 2022.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- BRASIL. **Documento de Área 2**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/educacao-doc-area-2-pdf>. Acesso em 18 nov. 2021.
- CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2004.
- CANESQUI, Ana Maria; DIEZ GARCIA, Rosa Wanda (Orgs.). **Antropologia e Nutrição: um**

diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

CASTRO, Ricardo Alexandre; DOS SANTOS, Arlete Ramos. Agroecologia e o potencial contra-hegemônico do inventário da realidade na Educação do Campo. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional**, Itapetininga, v. 3, n. 1, p. 118-136, 2022.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DE MEDEIROS, Emerson Augusto; AMORIM, Giovana Carla Cardoso. O perfil sociocultural dos estudantes da licenciatura em educação do campo da Universidade Federal Rural do Semi-árido: de quais sujeitos do semi-árido falamos? **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 9, p. 1-19, 2023.

FARIA, Efrain Francisco; CAMPOS, Leonardo Gama. Ensino de Geografia e Educação em Agroecologia no Contexto da Educação do Campo. In: ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues; OLIVERIA, Fabio; DOMINGUES, Michelle Lima; HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia (org.). **Coletânea Comemorativa 5 anos da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal Fluminense**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2022. p. 107-122

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaços e territórios como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 33-56.

FERREIRA, Caroline Lins Ribeiro; PEREIRA, Kelci Anne; LOGAREZZI, Amadeu Montagnini. Educação ambiental dialógico-crítica e educação do campo: buscando caminhos contra hegemônicos. **Ambiente & Educação - Revista de Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 25, n. 2, p. 417-447, 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecosystem sustainability: developing practical strategies**. Flórida, EUA: CRC Press, 2000.

HERMENEGILDO, Michael Baldi Maller. **Pistas para um Ensino Crítico em Gastronomia: tecendo diálogos entre Paulo Freire, Educação do Campo e Educação em Agroecologia**. 2025. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Saúde) – Instituto NUTES, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

LIU, Emiliano Palmada; PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; GÓES, Washington. **Educação popular**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

MALUF, Renato Sérgio; MENEZES, Francisco. Caderno Segurança Alimentar, 2000. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>. Acesso em: 2 mai. 2024.

MONTEIRO, Renato Augusto da Silva. **Do mito dionisíaco à indústria cultural da cerveja: ciência e tecnologia na formação do gosto**. 2017. 233f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Saúde) – Instituto NUTES, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RIBEIRO, Kennedy Ramires Mangerot. **Extensão universitária em gastronomia e sustentabilidade: aproximações a partir das ODS**. 2024. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Saúde) – Instituto NUTES, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

ROCHA, Keli de Araújo. A evolução do curso de gastronomia no Brasil. **Contextos da Alimentação - Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade**, São Paulo, v. 4, n. 2. p.11-27, mar. 2016.

ROSSET, Peter. A territorialização da Agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo. In: RIBEIRO, Dionara Soares; TIEPOLO, Elisiani Vitória; VARGAS, Maria Cristina; SILVA, Nívea Regina da (Org.). **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2017. p. 83-92.

RUBIM, Rebeca Elster; REJOWSKI, Mirian. O Ensino Superior da Gastronomia no Brasil: Análise da Regulamentação, da Distribuição e do Perfil Geral de Formação (2010 - 2012). **Revista Turismo, Visão e Ação**, Itajaí, v. 15, n. 2, p. 166-184, mai.-ago. 2013.

SÁ, Isis Fonseca. **A promoção de saúde na educação superior em gastronomia: desafios do bacharelado em universidades públicas brasileiras**. 2020. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Saúde) – Instituto NUTES, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SANTANA, Geneluz Cruz. Educação do campo e movimentos sociais: a luta pela terra e por educação. In: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 15, 2021, Sergipe. **Anais XV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2021. p. 01-19.

SANTOS, Filipe Pessoa dos. **Os Bacharelados de Gastronomia no Brasil sob a ótica da Função Social da Universidade Pública: por uma ecologia de saberes no ensino de Gastronomia**. Rio de Janeiro, 2022. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde, Instituto NUTES, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SOARES, Cláudia Mesquita Pinto. **Gastronomias: Cartografia da constituição de um campo teórico-acadêmico dos bacharelados em Universidades Federais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2023. 162 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde, Instituto NUTES, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SOUZA, Maria Antônia de. Pesquisa educacional sobre MST e Educação do Campo no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, p. 01-22, 2020.

VENTURA, Rhaíza Ibiapina. **Design e permacultura**: a experiência agroecológica no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Fortaleza, 2023. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Design) – Departamento de Design, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. Tradução de Allan Rodrigo de Campos Silva. São Paulo: Elefante; Igra Kniga, 2020.

WEZEL, Alexander; BELOON, Stefan; DORÉ, Teodor; FRANCIS, Charles Adams; VALLOD, Dominique; DAVID, Christophe. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, França, v. 29, p. 503-515, 2009.

Nota

ⁱ Este estudo foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Sobre os autores

Michael Baldi Maller Hermenegildo

Mestre em Educação em Ciências e Saúde (PPGECS/NUTES) e Bacharel em Gastronomia, ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: mikelmaller@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2434-1112>

Juliana Dias Rovari Cordeiro

Doutora em História das Ciências, da Técnicas e Epistemologia (UFRJ), professora do Laboratório de Tecnologias Cognitivas do Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde.

E-mail: julianadiasrc@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3285-4409>

Recebido em: 09/03/2025

Aceito para publicação em: 10/12/2025